

Jornal da

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DOS PODERES LEGISLATIVOS FEDERAL, ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL



EDIÇÃO ESPECIAL
JULHO/AGOSTO
2019

ENTIDADE SINDICAL REGISTRADA NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Encontro Nacional da FENALE em Brasília reforça a luta contra a Reforma da Previdência



A FENALE, com o apoio do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União - SINDILEGIS, realizou, de 15 a 17 de maio, seu XLII Encontro Nacional, intitulado "Previdência Social - Desafios e Perspectivas", que discutiu a Reforma da Previdência proposta pelo Governo (PEC 6/2019).

Página 3

LEIA OS
DEPOIMENTOS DOS
REPRESENTANTES
DE ENTIDADES NO
PINGA-FOGO DO
XLII ENCONTRO
DA FENALE
PÁGINAS 4 A 8

A PALAVRA DO PRESIDENTE DA FENALE



Durante a Abertura do XLII Encontro Nacional da FENALE, o presidente José Eduardo Rangel fez o seguinte pronunciamento:

“A FENALE considera este 42º Encontro Nacional histórico.

Histórico porque a parceria que estabelecemos com o SINDILEGIS - Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União, a quem saudamos e agradecemos, por meio de seu presidente Petrus Elesbão, a todos da diretoria, associados, servidores da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União e colaboradores, representa a primeira vez que esse nosso filiado recepciona a FENALE, seus dirigentes e delegados.

A FENALE como a federação representante única dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal, se sente honrada em ter em seus quadros de filiados o SINDILEGIS, que comunga dos mesmos objetivos de defender os direitos dos seus filiados e de todos os demais trabalhadores brasileiros.

Estão reunidos aqui no 42º encontro, encontros que se iniciaram há 25 anos, no distante 1993, os repre-

sentantes, lideranças de servidores públicos, autoridades e especialistas, para ouvir, discutir, trocar experiências e estabelecer estratégias de atuação diante da nova realidade de que se apresenta no cenário político, administrativo, econômico e de diretrizes do Governo Federal e suas propostas que, sem dúvida, repercutirão na união nos estados e municípios e das quais não sabemos ainda seus desdobramentos e consequências na vida das famílias e da sociedade brasileira.

Este encontro, de imensa importância como tem sido todos os anteriores reveste-se de circunstâncias especiais por todas as implicações que envolvem sempre a vida dos servidores públicos e dos trabalhadores de modo geral.

Não é novidade a iniciativa de governos em responsabilizar os servidores em atividade ou aposentados de serem causadores do déficit público, ou de consumirem todos os recursos da previdência social com seus “privilegios”, por trabalharem pouco, ganharem muito e se aposentarem muito cedo

Levo engano. O certo é que todos nós queremos e nos empenhamos para o sucesso dos governos, queremos planos e ações que possam garantir à população desenvolvimento econômico, educação de qualidade, saúde, segurança, saneamento, transporte, condições de trabalho, de produzir e de contribuir para um sistema previdenciário capaz de estabelecer paz social.

O que não podemos aceitar é o argumento do propalado “déficit público” e da “falência do sistema previdenciário” jogado na conta dos servidores, o que já foi exaustivamente contestado por estudos de especialistas, de autoridades, de estudiosos e dados do próprio governo, disponíveis em fontes confiáveis que demonstram sua inconsistência.

Lembramos até que os desvios, as isenções fiscais, os financiamentos a fundo perdido, as desonerações, a corrupção, a dívida pública, a estagnação do mercado de trabalho, esses sim, contribuíram decisivamente para nossa atual realidade.

Esse encontro, excelentíssimos senhores parla-

mentares, demais autoridades e lideranças da nossa categoria é uma grande oportunidade. Oportunidade de definir procedimentos e de atuação em defesa dos nossos direitos.

Nós somos o povo, somos parceiros e queremos o melhor para a nossa pátria. Se houver reformas que todos, indistintamente, participem delas dando sua contribuição e que não sejam os servidores públicos os vilões da história.

Objetivamente, nesse nosso Encontro precisamos estabelecer estratégias de atuação em todos os níveis. Os entes do legislativo com suas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Tribunais de Contas Estaduais e da União devem ser nossos parceiros e o SINDILEGIS e Brasília devem ser os nossos suportes e campo de atuação permanente. É aqui que os fatos acontecem e é aqui que devemos estar.

A FENALE se sente engrandecida por estar fazendo história e diz presente, como sempre esteve desde a sua fundação, e renova seu compromisso de unida com as demais entidades da categoria, defender os direitos e conquistas dos servidores e dos demais trabalhadores brasileiros

Estaremos reunindo nesses próximos três dias entidades das cinco regiões e de muitos Estados do Brasil para trocar experiências, falar das nossas conquistas e também das frustrações, analisaremos os passos que temos dado e os próximos que ainda iremos caminhar; ouviremos palestras de técnicos e estudiosos do tema “previdência social – desafios e perspectivas” e certamente estabeleceremos estratégias de atuação conjunta. Essa é a nossa FENALE!!!

Com nossos mais efusivos agradecimentos às autoridades e convidados pelas ilustres presenças, saudamos a todos os delegados estaduais e declaramos aberto o 42º Encontro Nacional da FENALE. Muito Obrigado!

JOSÉ EDUARDO RANGEL
PRESIDENTE

FENALE - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DOS PODERES LEGISLATIVOS FEDERAL, ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL

(Entidade filiada à CNSP, CONACATE, ao Instituto MOSAP e à PÚBLICA - Central do Servidor)

Gestão “UNIÃO E REALIZAÇÕES – FENALE SEMPRE” - 2018/2021

DIRETORIA: Presidente – José Eduardo Rangel (RJ); Vice Presidente – Lincoln Alves Miranda (MG); 2º Vice Presidente - Henrique Nascimento Lopes (AL), Vice Presidente Regional Centro-Oeste – Petrus Elesbão Lima da Silva (DF); Vice Presidente Regional Nordeste – Antonio Geraldo da Silva (SE); Vice Presidente Regional Norte – Raimundo Façanha Ferreira (RO); Vice Presidente Regional Sudeste – Valmir Castro Alves (ES); Vice Presidente Regional Sul – Armando Luciano Carvalho Agostini (SC); Secretário Geral – Nelson Menezes Florisbal (RS); Secretário Adjunto – Hélio Gomes da Silva (PB); Tesoureiro Geral – João Moreira (MS); Tesoureiro Adjunta – Rita Amadio de Brito Andrade Ferraro (SP); Diretor de Comunicação – Gaspar Bissolotti Neto (SP); Diretor Jurídico – Leandro Pereira Machado (ES); Diretor de Formação e Organização Sindical - Geraldo Magela (MG); Diretor de Aposentados e Pensionistas - João Elísio Fonseca (SP); Diretora de Políticas de Valorização da Mulher - Mara Valverde; Diretora de Entidades Parceiras - Fátima Mosqueira (DF).

DIRETORIA (Membros Suplentes): Pedro Sérgio Vinente de Souza (PA); José César da Silva Fonseca (AM); Jovanildo Antonio Da Silva (MT), Toni Soares (AP) e Pedro Kecé (AL).

CONSELHO FISCAL - Titulares: Zilneide Oliveira Lages (AL), Nelson Henrique Moreira (SC) e Ana Joia Souto de Araújo (RO).

CONSELHO FISCAL - Suplentes: Orlando José do Bonfim Filho (PB), Alberlândio Brandão Menezes (AC) E Dilcilene Ferreira Da Silva Chagas (AP).

REPRESENTANTES JUNTO À CONACATE: Eliana Almeida Cruz (PA) e Wilma Silveira Souza Leal (RJ)

JORNAL DA FENALE - Diretor Responsável: Jornalista Gaspar Bissolotti Neto (MTb/SP 11.454/SP) - Assessor de Imprensa: Sylvio Micelli - (MTb 28.136/SP)

Fechamento da Edição: 29/7/2019

FENALE - Rua da Quitanda, 30 - Sala 814 - Rio de Janeiro - RJ -CEP: 20011-030

Celular do Presidente: (21) 99975-9944

www.fenale.org.br e www.fenale.com.br - E-MAIL: fenale.legislativo@gmail.com



Fenale Sindical



@fenale

Encontro Nacional da FENALE em Brasília reforça a luta contra a Reforma da Previdência



O Coral do Senado Federal abrilhantou o evento com o Hino Nacional e músicas de Edu Lobo e Verdi.

A FENALE, com o apoio do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União - SINDILEGIS, realizou, de 15 a 17 de maio, seu XLII Encontro Nacional, com o tema “Previdência Social - Desafios e Perspectivas”, que discutiu a Reforma da Previdência.

A Sessão Solene de Abertura aconteceu no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães do Interlegis, na sede da Capital Federal, e contou com a presença de **José Eduardo Rangel**, presidente da FENALE, **Petrus Elesbão**, presidente do SINDILEGIS; a senadora **Renilde Bulhões** (Pros-AL) e o deputado distrital **Agaciel Maia** (PR-DF). Presentes, também, o presidente da Pública – Central do Servidor, **José Gozze**; o presidente do MOSAP, **Edison Guilherme Haubert** e **Vilson Romero**, ex-presidente da ANFIP. O evento foi abrilhantado com a participação do **Coral do Senado Federal** que, além do Hino Nacional, entoou músicas de Edu Lobo e Giuseppe Verdi.

Todos os membros da mesa pronunciaram-se contrariamente à proposta da Reforma Previdência Social. O deputado distrital **Agaciel Maia**, ex-Diretor Geral do Senado, ponderou que a preocupação do Governo Federal deveria ser a diminuição do juros da dívida pública e a geração de empregos. A senadora **Renilde Bulhões** preocupou-se com o impacto que a proposta pode atingir os municípios do país, especialmente os menores e, consequentemente os mais pobres.

O presidente do SINDILEGIS, **Petrus Elesbão**, criticou a ação do governo contra os servidores que são os que pagam, efetivamente, pelas aposentadorias e declarou ser um erro estratégico dividir os trabalhadores.

José Eduardo Rangel, presidente da FENALE, alertou que a proposta de reforma é um erro e que há outros subsídios que o Governo poderia cobrar, como o caso dos grandes devedores da Previdência, que representa bilhões de reais em recursos não arrecadados.

Dedo na Ferida - A cerimônia de abertura contou com um painel sobre o tema principal, com a presença de **Maria Lúcia Fattorelli**, da **Auditória Cidadã da Dívida** e **Luiz Alberto dos Santos**, **Consultor Legislativo do Senado Federal**, que apresentaram dados irrefutáveis de que a **Previdência não é deficitária**.

De acordo com **Fattorelli**, ao invés de empreender esforços em aprovar uma reforma sem cálculo atuarial, o Governo e a sociedade deveriam estar deba-



A senadora **Renilde Bulhões** presidiu a Mesa que coordenou a solenidade de Abertura do evento.



Maria Lucia Fattorelli (Esq.) e **Luiz Alberto** (Dir.), na foto com **Zilneide Lages** (C), foram os palestrantes.

tendo uma reforma para aumentar o valor dos benefícios e ampliar o alcance da Seguridade Social. Para ela, a política monetária de juros praticada pelo Banco Central é a principal responsável pela crise.

“A Dívida Pública tem sido gerada por mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da ‘crise’. O PIB vinha crescendo quase 4% em média, e de repente apresentou forte queda em 2015-2016 de mais de 7%, e estacionou”, explicou.

Além disso, a especialista afirmou que de 30 países que adotaram o modelo de capitalização, nos mesmos moldes propostos na **PEC 6/19**, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 18 – ou seja, 60% – já voltaram atrás. Dos 12 restantes, vários estão entrando em colapso. O Chile, por exemplo, colocou os idosos em situação de penúria com essa medida.

Para o Consultor Legislativo do Senado e professor da FGV, **Luiz Alberto dos Santos**, a Reforma da Previdência, caso aprovada por meio da **PEC 06/19**, afetará todos os brasileiros e também aposentados e pensionistas tanto do Regime Geral quanto do Regime Próprio. “Ninguém estará imune aos efeitos dessa reforma, que irá retirar direitos, aumentando o tempo de contribuição, a idade para se aposentar e reduzindo drasticamente o valor dos benefícios e das pensões. A perda pode chegar a até 18%”, disse **Luiz Alberto**.

“Pinga-Fogo” - Após a Abertura no Interlegis, o encontro aconteceu no **Auditório Oscar Niemeyer** do Vision Hplus Hotel onde ocorreu o “Pinga-Fogo”, quando todas entidades fizeram um relato da situação de cada Estado, seus problemas, suas reivindicações e suas con-



Os participantes percorreram o Congresso Nacional para falar com os deputados contra a PEC 6/2019.

quistas. A principal reclamação permanece sobre o excesso de comissionados e o não cumprimento de data-base em alguns estados, além do trabalho conjunto contra a **PEC 6**.

Congresso Nacional e Carta de Brasília - No dia seguinte, os sindicalistas foram ao Congresso Nacional e se dividiram em grupos para visitar os gabinetes dos deputados, o Plenário e as Comissões, sempre em busca de parlamentares a fim de solicitar apoio a emendas à **PEC 6/2019**, preparadas pelo **FONACATE** e diversas entidades de servidores públicos.

Em seguida, aconteceu reunião do **Conselho de Representantes**, quando foi aprovada a “**Carta de Brasília**”, onde se ratificou a posição contra a Reforma da Previdência proposta pela **PEC 6/2019**. Foram também aprovadas diversas Moções sobre assuntos de interesse nacional, entre elas: repúdio contra a **MP 871**, que dificulta a concessão de benefícios previdenciários; contra a **MP 873**, que proíbe o desconto de contribuições sindicais na folha de pagamento dos trabalhadores; contra a **PEC 6/2019**, que trata da Reforma da Previdência; e contra os **cortes na Educação**. Foram ainda aprovados o relatório do Conselho Fiscal e as contas da Diretoria.

Reforma do Estatuto e novos cargos - No último dia, por meio de uma Assembleia Geral, foi votada a **Reforma Parcial do Estatuto** que vinha sendo discutida desde o **Encontro de Florianópolis**, em novembro de 2018. Depois de ampla discussão, a Reforma foi aprovada por todos.

Com a alteração parcial do Estatuto foram criados novos cargos, assim eleitos: **2º Vice-presidente**, **Henrique Lopes** (AL); **Diretor de Formação e Organização Sindical**, **Geraldo Magela** (MG); **Diretor de Aposentados e Pensionistas**, **João Elício Fonseca** (SP); **Diretora de Políticas de Valorização da Mulher**, **Mara Valverde** (RO); **Diretora de Entidades Parceiras**, **Fátima Mosqueira** (DF). **Suplentes**: **Toni Soares** (AP) e **Pedro Kecé** (AL).

Participaram do Encontro representantes dos servidores legislativos de 16 estados e do Distrito Federal das cinco regiões do País: **Norte** (Pará, Rondônia, Roraima, Amapá e Amazonas); **Centro-Oeste** (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal); **Nordeste** (Sergipe, Alagoas e Paraíba); **Sudeste** (Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) e **Sul** (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Para o SINDAP/SP, não há novidades na ALESP



João Elísio, do SINDAP/SP

O presidente do Sindicato dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - **SINDAP/SP, João Elísio Fonseca**, iniciou seu pronunciamento informando que a Associação dos Funcionários da ALESP - **AFALESP** tem nova Diretoria, e saudou o presidente **Carlos Alberto Marinho** e tesoureiro **Gilmar de Souza Manoel**, que participam pela primeira vez do Encontro.

“Quero dizer que na Assembleia Legislativa de São Paulo não há novidades. A Mesa Diretora se recusa a negociar com as entidades. Ou seja, até agora nada. O nosso governador João Dória, que quer ser presidente, não quer dar reajuste a nenhum servidor.

“Ou seja, há possibilidade de não termos nem a reposição anual nem da inflação. Essa é a realidade da ALESP. Está difícil para nós, está duro para nós, aposentados, continuamos sem o auxílio alimentação. Mas estamos aqui na luta”, enfatizou João Elísio.

E concluiu: “No âmbito federal, tudo está girando em torno da Reforma da Previdência. Nós aposentados já não estamos lutando por nós, mas estamos trabalhando por pessoas mais jovens, nossos filhos e netos. Como em 2017 conseguimos brecar a Reforma, ainda temos esperança. Um bom encontro para nós”.

Em Minas Gerais as negociações estão difíceis e é forte a luta contra a PEC 6



Lincoln Miranda, do SINDALEMG

“Em Minas a situação não é tão diferente, pois a Mesa ainda não nos recebeu e estamos aguardando para entregar solenemente ao presidente a pauta participativa que elaboramos após reunir os servidores em assembleia geral”, disse Lincoln Miranda, membro da diretoria do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - **SINDALEMG** e vice-presidente da **FENALE**. E continuou: “A expectativa não é boa por que em Minas o atual Governador quer fazer como o Rio de Janeiro, aderir ao plano de recuperação fiscal do Governo Federal querendo vender as nossas Estatais (**CEMIG** e **COPASA**)”.

Informou ainda que recentemente foi realizada uma Audiência Pública da Reforma da Previdência na Comissão de Trabalho “A maior Audiência já vista na história da **ALEMG**, com mais de 7 mil pessoas na Assembleia Legislativa contra a Reforma da Previdência”, ressaltou.

No Mato Grosso, a estabilidade de

“Estive no Encontro do ano passado e falei sobre a questão da estabilidade dos servidores da Assembleia e principalmente o que estava acontecendo lá. E veio à tona a questão da estabilidade de todos os servidores estáveis de Mato Grosso”, assim iniciou seu pronunciamento **Jovanildo Antonio da Silva**, presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul - **SINDAL/MT**. E prosseguiu: “Na nossa Assembleia, um deputado que foi servidor da Assembleia, foi o primeiro a en-

Para o tesoureiro da AFIAL, o maior problema da Previdência são os bancos



Alaor de Córdova, da AFIAL/RS

“Sou funcionário aposentado da **ALERS**, fundador e ex-presidente da Associação dos Funcionários Inativos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul - **AFIAL** por 32 anos. Sou fundador do **SINFEAL/RS** e atual presidente do seu Conselho Fiscal e fundador também da **FENALE**, que quero parabenizar por este 42º Encontro aqui em Brasília”, disse **Alaor de Córdova**.

Sobre a Reforma da Previdência Social disse ser radicalmente contra.

SINSEAL: Lutas e conquistas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro



Wilma Leal, do SINSEAL/RJ

Usando da palavra, **Wilma Leal**, presidente do Sindicato dos Servidores Efetivos, Ativos e Inativos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - **SINSEAL/RJ**, informou que, como havia dito no último Encontro, tinham algumas demandas na **ALERJ** e felizmente conseguiram resolver. E prosseguiu: “Uma delas foi a transformação de um cargo que alterava o valor do símbolo de alguns cargos. Isso foi possível em razão do retorno à Casa de um procurador que agilizou os procedimentos. Neste ano conseguiram essa vitória, o que foi muito bom. Com isso foi restabelecido e corrigido em parte uma injustiça ocorrida no passado por uma interpretação errônea da legislação. Outra vitória que conseguiram foi a aprovação da reposição das perdas salariais que era uma reivindicação antiga o que representou um acréscimo em média de 7%, prosseguiu Wilma em seu pronunciamento.

servidores está sendo questionada

regar todos os servidores depois de ser reeleito presidente da Assembleia Legislativa. Precisamos, portanto, mudar nossa política como presidentes de sindicatos e começar a indicar nossos colegas para confrontar com eles, e serem candidatos nas campanhas eleitorais. Aí será um bom desafio”.

Em seguida, propôs que se inclua na pauta dos trabalhos a PEC que concede estabilidade aos servidores públicos admitidos no regime de CLT sem concurso público, que chega a pegar até servidores

comissionados. “Eu gostaria que fosse colocada na pauta essa PEC. Eu acabei de receber informação que foi revogada a aposentadoria de um servidor pelo Tribunal de Contas, que é o órgão auxiliar da Assembleia. Foi para o Regime Geral de Previdência. Ganhava 10 mil e agora ganha 3 mil, porque não alcançou o teto do INSS. Portanto, solicito ao Jurídico da **FENALE** que leve essa defesa para todos os Estados. Vamos fazer um lobby porque já existe requerimento na Câmara para incluir essa propositura na Ordem do Dia”.

Ação Civil Pública gera crise na Assembleia Legislativa de Rondônia



Ana Joia e Mara, do SINDLER/RO

Ao justificar a ausência de alguns diretores do Sindicato dos Servidores dos Poderes Legislativos do Estado de Rondônia - **SINDLER**, a diretora Ana Joia, que é membro do Conselho Fiscal da **FENALE**, afirmou que a situação na Assembleia Legislativa de seu Estado está muito complicada, em consequência de Ação Civil Pública impetrada na Justiça em 2015 contra o grande número de comissionados: "Nós ganhamos a ação e agora tem perseguição ao Sindicato e estamos correndo risco nos acordos que havíamos feito com a Mesa até na revisão anual dos salários. Houve reunião lá hoje cedo e a luta é muito grande. Com relação à ação pública civil, passei ao presidente da **FENALE** para nos apoiar", afirmou.

Em Sergipe, houve reajuste de 3,58%, ação na Justiça por redução de cargos comissionados



Antonio Geraldo, do SINDALESE

"Tivemos neste ano a felicidade de fazer a nomeação de 39 concursados. São 96 vagas. O presidente tinha o compromisso de nomear todos, nomeou só 39, mas agora ficou de fazer as nomeações", anunciou **Antonio Geraldo da Silva**, presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe - **SINDALESE**. E continuou: "Temos 360 servidores efetivos e tínhamos 1760 comissionados. No ano passado nós demos entrada com ação no Ministério Público, eles chamaram o presidente da Assembleia e fizeram uma reunião e foi feito um acordo para que eles tirassem 760 cargos comissionados. Uma semana depois o presidente me chamou e acabamos fazendo um acordo de ficarem 1.100 cargos comissionados, com a obrigação deles nomearem todos os 96 concursados. Em feve-

reiro eles chamaram os concursados, fizeram as nomeações, mas passaram para 1160 comissionados, fugindo do acordo. Recorremos ao Ministério Público que deu parecer favorável pra gente e o TJ deu ganho de causa ao sindicato, para que a Casa em 60 dias para a exoneração de metade dos cargos comissionados. Ou seja devem ficar aproximadamente 600 comissionados, cerca de 50% do que tem hoje".

Disse ainda que os servidores tiveram **restituição salarial de 3,58%**, conseguida com muita luta. "Nossa data base é em janeiro, mas reajuste foi a partir de abril".

"Temos pedido para todos os sindicalizados pressionarem os deputados federais em suas bases contra a Reforma da Previdência. Temos certeza que com a nossa luta conseguiremos reduzir os efeitos dessa Reforma da Previdência", ressaltou.

"Por último quero alertar que foi liberado dinheiro do **PASEP** no ano passado. O pessoal tem dado entrada com ação contra o Banco do Brasil para receber a correção desse dinheiro. Já há jurisprudência em Brasília. O primeiro passo é ir ao **BB** e pedir o extrato e depois dar entrada. Não é precatório. Muita gente vem recebendo muito dinheiro. É bom todos verificarem isso em seus Estados. E o ideal é não entrar em acordo e sim receber o valor integral".

Para a nova Diretoria da AFALESP, a situação na ALESP é muito difícil



Gilmar e Marinho, da AFALESP

Em sua estreia no Pinga-Fogo, o novo presidente da Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - **AFALESP**, **Carlos Alberto Marinho**, assim fez seu breve pronunciamento: "É uma coisa recorrente nos Poderes Legislativos os dirigentes não atenderem as entidades, suas reivindicações salariais e outras coisas. Em São Paulo, protocolamos a Pauta em março e até agora a Mesa não se prontificou sequer a fazer uma reunião para discutir a data base". E prosseguiu: "Também com relação aos comissionados, na **ALESP** temos apenas 600 efetivos, com boa par-

te, uns 30%, já em condições pra se aposentar, e em torno de 4 mil comissionados. E pelo jeito não querem fazer concurso", concluiu Marinho, antes de passar a palavra ao tesoureiro da **AFALESP**, **Gilmar de Souza Manoel**, que foi enfático em suas palavras: "Tendo em vista a reeleição de atual presidente da **ALESP**, ele que é filho de um ex-presidente que hoje é deputado federal, continuou o mesmo Secretário Geral de Administração que não se simpatiza muito com os servidores e não faz nada pra ninguém. Não recebe ninguém e o chefe de gabinete menos ainda".

E continua Gilmar: "Está tudo parado, inclusive aposentadorias que não vêm sendo publicadas. Muitas delas com data determinada e demoram muito para publicar. O pessoal requer e demora muito a publicação. O nosso Sindicato nos comunicou que o primeiro secretário determinou que o setor de Finanças e o **DRH** façam estudos visando o reajuste salarial. Nosso medo é que estejam nos enrolando. Mas pelo jeito, mesmo estando muito difícil, pois o atual presidente só tira, acreditamos que saia pelo menos a inflação do período na data base em 1º de março... Se puder tirar, ele tira...", concluiu Gilmar.

Servidoras de Roraima mostram a situação da Assembleia Legislativa



Vivian e Kelly, da ALE-RR

Kelly Printes e Vivian Nunes, servidoras efetivas da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (**ALE-RR**), saúdam os presentes e informam que a **ALE-RR** é composta de 24 deputados estaduais e 73 efetivos provenientes de dois concursos públicos; ofertou 41 vagas (36 aprovados e 2 vagas aguardam homologação) em seu terceiro e mais recente concurso ocorrido em 2018, e caso as 38 vagas sejam providas, passará de 73 para 111 efetivos; concede os auxílios alimentação, transporte (aos servidores ativos que percebam remuneração não supe-

rior a R\$ 3.000,00) e saúde (mediante comprovação de inscrição em plano de saúde); e finalizou 2018 sem pendências de repasses ao Instituto de Previdência do Estado de Roraima (IPER). Ressaltam que em dezembro de 2018, houve intervenção federal em Roraima, fato que garantiu o pagamento de até quatro meses de salários atrasados dos efetivos do Executivo, e por conseguinte a não retirada de recursos do IPER para esse fim alheio a sua real finalidade. Discorrem que os avanços até maio de 2019 foram: concessão de 55 progressões por qualificação e cinco progressões por tempo de serviço; acompanhamento de reuniões sobre as arrecadações do IPER; publicação de Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo de Roraima e o IPER, visando o compartilhamento de dados cadastrais funcionais públicos; e lançamento do Programa "IPER: Transparéncia e Educação Previdenciária", de iniciativa do próprio Instituto, voltado a todos os efetivos de Roraima, com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre o Regime Próprio de Previdência Social e mostrar como é feita a gestão dos recursos previdenciários. E finalizam informando que a revisão salarial de 2019, com data-base em março, ainda não foi concedida.

Na Paraíba, servidores aguardam reposição salarial e têm Plano de Aposentadoria Incentivada



Orlando e Hélio, do SINPOL/PB

Conforme relato de **Hélio Gomes, vice-presidente** do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo do Estado da Paraíba – **SINPOL-PB** e Secretário da **FENALE**, foi encaminhada à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa reivindicação da reposição salarial com o percentual de **5,75%**, índice apurado pelo **DIEESE** para a categoria, com efeito retroativo a março do corrente ano, em cumprimento a lei do Plano de Cargos.

Uma importante conquista foi a reedição do antigo PAI, hoje denominado de **PINAV** – Plano de Aposentadoria Incentivada, ainda que, com algum retrocesso, como o pagamento do valor fixo de **R\$ 1.000,00** (mil reais) pelo período de 05 (cinco) anos e antes era o valor correspondente ao vale-alimentação e era pago até o aposentado atingir a idade da aposentadoria compulsória de 75 (setenta e cinco anos). E, como afirmou o companheiro **Orlando Bonfim, tesoureiro do SINPOL**, ainda aplicaram a redução de um bônus que era de 14 (catorze) salários e passou a ser de 10 (dez) salários. Mas, continuando, ele afirmou: “diante do atual quadro de dificuldade que estamos enfrentando nas negociações, consideramos necessária e oportunua a

aprovação dessa lei, pois dá um pouco mais de conforto aos que desejam se aposentar e alivia o peso da folha do pessoal da ativa, nos permitindo pressionar de forma mais contundente a Mesa Diretora para atender as nossas pautas salariais, como data-base e PCCR”.

“Mas, infelizmente, sofremos alguns prejuízos como o fim do programa de concessão de medicamentos de uso contínuo que tínhamos há mais de vinte anos, medicamentos estes fornecidos aos servidores que recebiam salários de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) brutos. O que fizeram: reduziram o teto para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) brutos, excluindo com isso todos os servidores, pois ganham brutos valores acima disso. Colocaram servidores para trabalhar dois expedientes, cortaram o vale-alimentação de alguns, bloquearam os salários de outros. Agora a luta é pra reverter tudo isso”, disse Orlando Bonfim.

Com relação à Reforma de Previdência, a Assembleia Legislativa fez até uma campanha institucional contra a sua aprovação. Orlando afirmou que criada, também, uma Frente Parlamentar em Defesa da Previdência e contra a atual proposta do Governo. Essa Frente já realizou Audiências Públicas em vários municípios do Estado alertando a população sobre os malefícios da famigerada reforma, para que a população pressione os deputados federais a votar contra a matéria. “O SINPOL está acompanhando as atividades da Frente Parlamentar e conversando com todos os deputados para que façam a pressão necessária a fim de evitar o esfacelamento da nossa previdência”, concluiu.

SINDLEGIS-ES mantém boa relação com a Assembleia Legislativa



Leandro e Valmir, do SINDLEGIS/ES

O ex-presidente e atual secretário geral do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – **SINDLEGIS-ES** e diretor Jurídico da **FENALE**, **Leandro Machado**, informou que após 12 anos de mandato na Presidência passou o cargo para Gildo Gomes, elei-

to em fevereiro último. “O processo eleitoral nos atrapalhou porque tínhamos uma pauta em execução e o processo eleitoral contaminou a pauta, que ficou sobrestada aguardando o resultado”, informou. Leandro aproveitou a oportunidade para agradecer a presença do vice-presidente da **FENALE**, **Lincoln Miranda**, para acompanhar a eleição, “pois foi muito importante a presença dele”. “Terminado o processo eleitoral, já tivemos o primeiro **Fórum dos Servidores** e o Presidente da **ATES** já sinalizou que a Presidência continua de portas abertas, falando que time que está ganhando não se mexe. E acenou com reajuste do Auxílio Creche, para sinalizar a boa relação que temos. Finalizando, agradeço o presidente e o pessoal de Santa Catarina que compareceu à nossa posse”, concluiu Leandro.

“Recebemos um vale alimentação de R\$ 1.000,00 que deve ser reajustado de 10% a 20%, que é nossa reivindicação”, disse Toni, que enfatizou que os servidores já receberam 50% do 13º salário no início de maio, conforme decisão do presidente da Assembleia.

No Pará, houve reposição salarial e a luta hoje é por Concurso Público



Dário e Sérgio, do SINDALEPA

Após elogiar o trabalho realizado durante o primeiro dia e a manhã do segundo dia do Encontro da **FENALE**, com relação às palestras e a visita aos deputados no Congresso Nacional para mostrar a posição das entidades com relação à Reforma da Previdência, **Sérgio Vinente**, diretor do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Pará – **SINDALEPA** e diretor da **FENALE**, afirmou que “na ALEPA houve eleição com mudança do grupo político e por isso tudo está bem confuso”. Disse ainda que atualmente a **ALEPA** tem **750 servidores efetivos** para mais de **3 mil comissionados**, o que considera um verdadeiro absurdo. Sérgio informou que “neste ano foi

conseguida a reposição da inflação, com reajuste de **4%**, e estamos em negociação com o vale alimentação que passou para **R\$ 1.400,00** e queremos que chegue a **R\$ 1.500,00**”. E concluiu: “a nossa briga é por concurso público, pois em virtude da reforma há muitas aposentadorias”.

Em seguida, o dirigente **Dário Russilo**, afirmou que mesmo com o reajuste considera que o salário na **ALEPA** “ainda é muito baixo e nós estamos tentando melhorar”. “Mas quero falar um pouco mais sobre a Reforma da Previdência”, disse Dário, que continuou: “Eu penso que estamos nesse momento para resolver nossos problemas com relação à Previdência, mas estamos com a opinião pública muito contrária a nós servidores”. E propôs a criação de uma comissão na **FENALE** para trabalhar em cima da divulgação da corporação, com uma comunicação efetiva. “Não apenas dizer que a reforma é prejudicial. E fazer uma campanha massiva, através de vídeos, mídias sociais mostrar ao público o que realmente vai acontecer”, afirmou. E concluiu Dário: “Nós do Pará temos trabalhado com equipes de rádio, televisão, profissionais em geral de comunicação, portanto é importante formarmos uma comissão para trabalhar com essas mídias para divulgação à população”.

Presidente do Sindicato do Amapá ressalta as conquistas dos servidores

O presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá - **SINSEL/AP**, **Toni Soares**, iniciou seu pronunciamento parabenizando os participantes pelas discussões sobre a Reforma da Previdência e pensa na possibilidade de levar essa conscientização aos servidores e deputados de seu Estado.

Segundo Toni, “hoje os funcionários da **ALAP** gozam de tranquilidade, pois temos progressão anual. Todo ano os servidores recebem 5% de progressão, sem depender do reajuste salarial anual. Neste ano, a data base ainda não foi conseguida e foi solicitado o índice 6%, que ainda estão sendo negociados entre o Sindicato e a Mesa Diretora. Informou que em 2017 conseguiram o reajuste apenas em dezembro, com retroativos.

“Recebemos um vale alimentação de R\$ 1.000,00 que deve ser reajustado de 10% a 20%, que é nossa reivindicação”, disse Toni, que enfatizou que os servidores já receberam 50% do 13º salário no início de maio, conforme decisão do presidente da Assembleia.

Registra agradecimento ao presi-



Toni Soares, do SINSEL/AP

dente da Assembleia Legislativa em virtude de, desde o ano passado, ele dar um apoio muito forte com relação à presença da Entidade nos Encontros da **FENALE**.

Outra informação é de que o **Concurso Público** está quase saindo. “Já saiu a licitação e segundo informações, em vista dos salários do Amapá há pós-doutores de todo o Brasil se preparando para o concurso”, brincou ele, que informou também que “a eleição é no final do ano e a chapa de situação deve ser encabeçada pela **Dilciline**, devendo ser a primeira mulher presidente do **SINSEL/AP**”.

SINDALESC investe em ação social e servidores tiveram reposição salarial



Nelson, Diego e Antonio, do SINDALESC

A delegação de Santa Catarina, formada pelo presidente **Diego Vieira**, pelo tesoureiro **Nelson Moreira** e pelo **1º Secretário, Antonio Ulrich**, informou que o **SINDALESC** está desenvolvendo um trabalho social muito interessante em Florianópolis. “Nós vamos fazer uma apresentação diferente, pois além das conquistas, nós vamos falar sobre o trabalho social do Sindicato na comunidade, que estamos fazendo por intermédio do Antonio Ulrich e vou passar a palavra para ele abrir nossa apresentação sobre esse projeto que é o **SINDALESC SOCIAL**”, afirmou Diego.

“No início do ano nós tivemos uma grande tragédia nas proximidades da Assembleia. E nós aqui, embora preocupados com a Reforma da Previdência, estamos, como servidores efetivos odiados pela Nação, somos culpados de tudo, nós tentamos devolver alguma coisa para a sociedade. Vamos desenvolver uma ação social para a comunidade. Então criamos o **SINDALESC SOCIAL**”, disse Antonio Ulrich, que é o responsável pelo projeto. E prosseguiu: “Nós criamos um projeto de Educação para jovens do **Morro do Mocotó**. Há alguns anos, na década de 90, houve um grande incêndio num grande hospital no centro de Florianópolis e o pessoal desse morro foram os primeiros a chegar para socorrer as pessoas que estavam nesse hospital. É um povo humilde que precisa de atenção, precisa de oportunidade. É tudo gente boa.

ASPAL conclama entidades a participarem da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência



Gaspar, da ASPAL/SP

O presidente da Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da ALESP - **ASPAL**, **Gaspar Bissolotti Neto**, informou que em 5 de abril foi realizada

A gente criou um projeto, inclusive criamos uma apostila. Um projeto de 64 horas de informática e empregabilidade. Estamos atendendo 15 jovens à tarde e 8 pela manhã. Tivemos um evento de abertura. Contamos com a parceria de uma associação. Temos aulas duas vezes por semana, quatro horas por vez. É uma novidade que todos podem fazer. Acreditamos assim que podemos sensibilizar a sociedade a nosso favor e estamos aqui agregando”. E concluiu: “Contamos com a participação da nossa associação irmã, a **AFALESC**, que já foi associada da **FENALE** e quem sabe um dia ele volte. Juntos a gente ajuda a sociedade e pede a ela que também nos apoie neste momento da Reforma da Previdência”. Para Diego Vieira, “é importante destacar que esse é um morro que fica ao lado da Assembleia. E da realidade da Assembleia pra realidade do morro há um abismo e o que a gente está tentando fazer é diminuir esse abismo”.

Em seguida, o tesoureiro Nelson Moreira disse que “temos visto as dificuldades de muitas entidades aqui, sem conseguir nada e nós, que felizmente temos um presidente que já foi presidente em 2006 e foi o presidente que fez a nossa Reforma em vigor hoje. Foi um presidente ótimo pra nós. Então facilitou muito até agora. E outra coisa benéfica pra nós é que o Governador não tem maioria na Assembleia e consequentemente a Assembleia se torna um poder independente. Então na negociação nós conseguimos **8,75%** na data base de acordo com o IGPM sendo **5% em maio e o restante em duas vezes**. A gente acredita que até agosto ou outubro isso se esgote. Conseguimos também **10% no Auxílio Alimentação e 10% no Saúde pros inativos**. E estamos lutando juntamente com a nossa associação, com certa dificuldade, por um aumento no auxílio educação”.

Assembleia de MS teve reajuste e a criação do Auxílio-Alimentação



João Moreira, do SISALMS

“Nossa negociação é no mês de abril, mês da data base. Conseguimos 3% de reajuste para toda categoria em geral e conseguimos também implantar o Auxílio-Alimentação, que não tínhamos, para os nossos servidores, o valor foi de R\$ 200,00. O valor é baixo mas aos poucos vamos aumentan-

do”, informou **João Moreira**, presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul - **SISALMS**, ex-presidente e atual tesoureiro da **FENALE**. E continuou: “Conseguimos nova edição do **PAI**, Programa de Aposentadoria Incentivada com indenização de oito salários brutos para quem aderir”. Segundo João Moreira, o Sindicato tem um contato muito bom e um diálogo franco com a Mesa e o servidore é quem ganha com as negociações.

Em seguida, sugeriu à Presidência da **FENALE** que seja encontrada uma forma de levar as palestras da **Dra. Maria Lúcia Fatorelli** e do **Consultor Luiz Alberto, do Senado Federal**, aos deputados federais. “Eles precisam ouvir essas verdades sobre a Previdência”, enfatizou.

SINDILEGIS atua no Congresso em defesa dos servidores e amplia benefícios a seus associados



Fátima e Magda, do SINDILEGIS/DF

“Tenho inveja de vocês que receberam percentuais nos vencimentos e nós só tivemos 50% de aumento no plano de saúde...”, brincou **Magda Helena**, diretora do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – **SINDILEGIS**, ao iniciar seu pronunciamento.

“Nós estamos com muitas demandas em defesa do servidor, na Câmara e no Senado... Além do TCU... O que temos feito como Sindicato? Eu já virei **Magda Helena Reforma da Previdência...** Temos participado de todas Comissões, está uma correria de segunda a sexta. Muitas coisas que acontecem na Câmara, o **SINDILEGIS** tem o poder de convencimento junto aos relatores e outros...”, acentua. E continua: “Além da Reforma, temos corrido também com a tramitação das MPs 871, do INSS, e a 873, que é do boleto dos sindicatos... O **SINDILEGIS** tem feito um trabalho muito forte para convencer os deputados a deixarem essa MP caducar... Temos defendido as entidades... Esse trabalho é obrigação nossa mesmo”, acrescentou.

E prossegue Magda: “Temos alguns problemas peculiares lá na Câmara... Todo FC de carreira pode ter o cargo transformado. E aí perdem as gratificações... Conseguimos livrar alguns casos... A Reforma Administrativa está também nos preocupando muito. Enquanto não houver a Reforma da Previdência, não haverá concurso”.

Nós participamos de todas audiências públicas”; Magda disse ainda que é muito bom poder falar também em nome da **FENALE** e que o **SINDILEGIS** está aqui para ajudar as demais entidades. no que precisarem. “Precisamos da atuação de vocês nos Estados contra a PEC 6, pressionando os deputados estaduais e federais, os vereadores, para que todos trabalhem contra a Reforma”, finalizou.

Fátima Mosqueira, diretora de convênios do **SINDILEGIS**, também usou a palavra e expôs o tipo de trabalho que vem executando no Sindicato: “Tendo em vista o que procuram tirar dos servidores, com ‘sacos de maldade’ conforme a Magda falou, temos ampliado aqui no **SINDILEGIS em nível nacional o núcleo de benefícios**. Temos procurado cuidar de produtos, com 5 mil estabelecimentos credenciados, para ajudar os servidores”. Disse ainda que a entidade estará realizando a Copa Nacional do Legislativo em Maceió em setembro. “Essa Copa reunirá servidores da Câmara, filiados ou não, em diversas modalidades. O filiado tem o diferencial de não pagar inscrição e receber passagens. Mas qualquer servidor atleta tem direito de participar. Esperamos 300 pessoas participando. Temos o pessoal do TCU e aposentados no Brasil inteiro. É um evento muito interessante”, enfatizou Fátima. E continuou: “Estamos criando o programa Mais, um programa esportivo onde estamos junto às Associações do Legislativo e aos aposentados. Usaremos as estruturas dos clubes. TCU é tênis, têm quadras maravilhosas. Então estamos usando o que cada clube oferece com preços reduzidos aos associados e seus dependentes. Temos também no Programa Mais, estamos estudando, que o pessoal possa desenvolver o que precisa pra ficar bem na sua profissão. Vamos organizar cursos e buscaremos parceiros para ajudar. Temos outros projetos, mas estes são os maiores”, concluiu.

Entidades de Alagoas estão preocupadas com ação contra estabilidade de servidores



Henrique, da ASSALA/AL, e Zilneide, do STPLAL

Em seu pronunciamento, **Zilneide Lages**, presidente reeleita do Sindicato dos Trabalhadores da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas - **STPLAL** e presidente do Conselho Fiscal da **FENALE**, agradeceu o apoio para sua reeleição e fez questão de ressaltar que

“quem ganhou as eleições no **STPLAL** não foi a Zilneide, não foi a Chapa 1, quem ganhou foram os servidores”. Disse ainda que “o nosso trabalho foi reconhecido, mesmo porque a categoria nos deu mais de 50% de diferença ao nosso opositor e isso significa que, é lógico que não estão 100% satisfeitos, mas o nosso trabalho está sendo reconhecido, nosso trabalho em prol da categoria e é isso que estamos fazendo ao longo desses três anos e pretendemos continuar fazendo”.

Zilneide afirmou ainda que a data base da categoria é no final do ano e por isso acaba praticamente perdendo um ano e por isso há necessidade de mudar a data base. “Conseguimos 2.95%. Nos últimos anos nós temos conseguido reposição,

inclusive conseguimos dos períodos de **2010 a 2014**, e também abono permanência, que estava parado, voltou, parou de novo e agora conseguimos que voltassem a implantar”, disse. E continua Zilneide: “Uma das nossas propostas é a revisão do nosso Plano. Está precisando de revisão”.

Em seguida propõe à presidência da **FENALE**, para que ingresse, talvez com o apoio da **Pública** e da **Conacate**, como *amicus curiae* na ação do Piauí referente às pessoas que não fizeram concurso público nos Estados no passado e estão correndo risco hoje. Segundo ela, “servidores estatutários estão correndo risco se passar essa decisão, pois nós vamos ter problemas sérios e pode ter o efeito dominó. É preciso que tomemos uma posição em rela-

ção a isso”, enfatizou.

“Essa medida cautelar do Governo do Piauí realmente preocupa, pois se for confirmada muita gente vai perder. Precisamos ter apoio da **FENALE** no Conselho de Representantes”, reforçou Henrique Lopes, vice-presidente da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa de Alagoas – **ASSALA**. “Estamos vivendo um momento difícil e a gente deveria focar, principalmente nos nossos grupos, na Reforma da Previdência, cortes de gastos na educação, saúde etc, pois certas discussões não levam a nada; muitas vezes há críticas ao Governo atual e todos falam do Governo anterior, ou seja uma discussão que não leva a nada”, finalizou Henrique.

CARTA DE BRASÍLIA - DF

NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA PROPOSTA PELO GOVERNO



Neste momento em que se aprofundam as discussões em torno da Proposta de Emenda à Constituição nº 6 de 2019, que trata da Reforma da Previdência e traz inúmeras preocupações à classe trabalhadora, inclusive aos servidores públicos da ativa, aposentados e até mesmo pensionistas, a Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal – **FENALE**, e suas entidades filiadas, reunidas de 15 a 17 de maio de 2019, em Brasília (DF), durante o seu XLII Encontro Nacional, tendo como tema “**PREVIDÊNCIA SOCIAL – DESAFIOS E PERSPECTIVAS**”, vêm manifestar, perante a população brasileira, o seu apelo aos governantes e parlamentares no sentido de ouvirem o clamor da Nação para que não aprovem essa matéria na forma proposta, que significará o fim das aposentadorias e um estrago muito grande na Seguridade Social de nosso País, prevista na Constituição Cidadã de 1988, que no ano passado comemorou seu 30º aniversário.

Na verdade, a PEC 6/2019 não se trata de uma reforma na essência da palavra, mas sim de um desmonte da Previdência Social que, se aprovado, prejudicará sem dúvida alguma a população como um todo com um grande retrocesso, atingindo principalmente as suas camadas mais pobres, em contraposição à milionária e mentirosa propaganda do Governo de que o objetivo da chamada “Nova Previdência” é acabar com privilégios, principalmente dos servidores públicos.

Na verdade, os servidores públicos estão sendo usados como bode expiatório, pois não são a real causa do déficit do orçamento, cujos fatores são sim o custo da política monetária suicida, os escândalos das operações cambiais, da remuneração da sobra de capital dos bancos, dos juros da dívida pública etc.

Esquece-se o Governo, inclusive, que os servidores públicos já foram alvos de diversas reformas previdenciárias, tendo como exemplos mais cruéis as Emendas 20/1998 e 41/2003, que retiraram direitos fundamentais dos servidores, inclusive criando a cobrança previdenciária de inativos, sem qualquer projeção de benefício futuro, sendo que os novos servidores, que ingressaram a partir de 2013, ano de criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (FUNPRESP), já não têm sequer direito à aposentadoria integral, devendo pagar contribuição previdenciária complementar se quiser receber acima do teto do INSS.

Repudiamos a lamentável atitude do Governo, que quer jogar a população contra os servidores públicos, que procuram dar o melhor de si para garantir à sociedade os direitos fundamentais, como Segurança, Saúde, Educação, Justiça e Cidadania, mesmo sem contar muitas vezes com os recursos necessários para tanto, desdobrando-se para bem executar suas tarefas em benefício dos usuários. Entre as inúmeras inconstitucionalidades contidas na Proposta, que estranhamente foi admitida pela

Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, não podemos deixar de citar o regime de capitalização, que exclui a contribuição do empregador, obrigando os trabalhadores a investir diretamente nas instituições financeiras, sem qualquer garantia de crédito ao conquistar o sagrado direito da aposentadoria.

Além disso, esta Reforma se torna ainda mais difícil em virtude do acréscimo da idade e do tempo de contribuição, de forma inaceitável. Não há ainda, uma fórmula de transição para os servidores que ingressaram antes de 2004. O aumento abusivo da contribuição previdenciária para os servidores, inclusive inativos, bem como a forma intransigente de tratar as futuras pensões por morte causará verdadeira situação de penúria e indigência a aposentados e pensionistas.

Não podemos deixar de citar que este regime, que vem sendo proposto pelo Governo aos trabalhadores brasileiros, é o mesmo que, no Chile, vem levando inúmeros idosos ao suicídio por falta de condições financeiras mínimas que lhes garantam a sobrevivência.

Outro agravante é a **DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO** da Previdência, o que poderá facilitar alterações das normas previdenciárias por intermédio de simples Leis Complementares e não mais por Propostas de Emenda Constitucional, que exigem quórum qualificado rígido e geram segurança aos trabalhadores. O que pretendem é tornar a aprovação de mudanças na Previdência, sempre que for do interesse do Mercado e do Sistema Financeiro, a mais facilitada possível, o que não podemos admitir.

Em nenhum momento o Governo pensa seriamente em acabar com as fraudes, cobrar os devedores da Previdência, eliminar as desonerações fiscais e fazer uma auditoria na dívida pública, que esvazia os cofres da União e abarrotá os grandes bancos de dinheiro público, sem nenhuma explicação. Para os servidores públicos não existe caixa preta sobre os dados do sistema financeiro.

Posto isto, a **FENALE** e suas entidades filiadas con clamam a todos os trabalhadores, suas associações e seus sindicatos, suas federações, confederações e centrais sindicais, a cerrarem fileiras contra a Reforma da Previdência como proposta pelo Governo, para que possamos garantir um futuro melhor para todos.

PELA DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE!

NÃO À PEC 6/2019!

NÃO AO FIM DA APOSENTADORIA!

NÃO À DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA!

Brasília, 17 de maio de 2019